

A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E OS PERCURSOS FORMATIVOS EM PROL DOS INTERESSES E NECESSIDADES DOS ALUNOS

Jackeline Barcelos Corrêa ¹
José Nogueira Antunes Neto ²
Amaro Sebastião de Souza Quintino ³
Shirlena Campos de Souza Amaral ⁴

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo propor uma reflexão teórica metodológica sobre as novas perspectivas em relação aos percursos formativos e as necessidades dos alunos no Ensino Médio. Como fundamentação teórica destacam-se os estudos do Wollmann e Zanbon (2017), Coelho, Soares e Roehrs (2019), dentre outros. Documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as Diretrizes e Bases Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio foram consultados. A metodologia da pesquisa foi realizada por meio dos documentos que versam sobre a temática, seguindo as orientações dos estudos de Gil (2010). Espera-se que os resultados desta venham fortalecer a necessidade da sensibilização, do reeducar o olhar para a formação da consciência nesta modalidade de ensino, para a construção do conhecimento, de atitudes e de habilidades essenciais à formação do indivíduo autônomo e crítico, para viver na sociedade tecnológica conforme os interesses e com liberdade de escolha nos próprios percursos formativos.

Palavras-chave: Ensino Médio; Legislação Vigente; Sociedade do Conhecimento.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio é a etapa em que os alunos dominam melhor a linguagem escrita, têm maiores experiências de trocas de informações e vivenciam momentos de questionamentos e comparações. Nota-se que as mudanças propostas diante do rápido e espantoso avanço tecnológico, a chamada “sociedade do conhecimento”, tornou-se premente a necessidade de (re) pensar a maneira de ensinar e o papel do professor nesse processo, pois os alunos não se contentam mais com os conteúdos que lhes são oferecidos, nem com os tradicionais procedimentos pedagógicos, querem participação dinâmica, atuante no processo de

¹Doutoranda do Programa em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), jack.barcelos1@hotmail.com;

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), josenogueira.neto@hotmail.com;

³Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), amarotiao@yahoo.com.br;

⁴Professora Associada dos Programas de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem e Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), shirlenacsa@gmail.com.

aprendizagem, propostas que os motivem na busca de respostas que sejam significativas e possam dar-lhes informações para que leiam o mundo ao seu redor.

O presente estudo, objetivamente, propõe uma reflexão teórica metodológica sobre as novas perspectivas em relação aos percursos formativos e necessidades dos alunos no Ensino Médio no Brasil.

Isso posto, com a oferta de diferentes itinerários formativos no Novo Ensino Médio amplia-se as possibilidades de escolhas, as trilhas de aprofundamento e eletivas pelos estudantes, com o propósito de ampliação de conhecimentos, respeito às suas possibilidades e interesses para futura atuação profissional.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o presente estudo tem por base as teorias de Gil (2010), que contempla uma revisão bibliográfica em artigos científicos e livros que tratam a temática, visando compreender as perspectivas da proposta do Novo Ensino Médio. Conta, também, com a consulta de diferentes documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) como: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as Diretrizes e Bases Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As novas propostas do Ensino Médio sugerem mudanças nos percursos formativos de acordo com os interesses e necessidades dos alunos, com a intenção de influenciar no projeto de vida dos mesmos, com objetivo primordial de desenvolver a capacidade dos estudantes para fazer escolhas conscientes, planejar o futuro pensando em suas aptidões com autonomia e responsabilidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece:

Art. 35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; consolidação dos conhecimentos anteriormente adquiridos (BRASIL, 1996).

Nesta etapa, em que os alunos consolidam conhecimentos, faz-se necessário intencionalidade e investimentos, para que os alunos vivenciem suas aptidões e não fiquem só na formação básica.

O novo Ensino Médio visa estimular ao máximo o estudante a desenvolver autonomia, autoconfiança, empatia e responsabilidade para ser competente na escolha da profissão, desenvolvendo senso crítico e capacidade de análise e argumentação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece a garantia de aprendizagem dos alunos em toda a Educação Básica e Educação Superior, como citado no Título III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio;

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno dos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (BRASIL, 1996, p. 9-10).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais novo documento de caráter normativo, tem como objetivo nortear a educação no Brasil, promover um ensino de qualidade, respaldado no conjunto orgânico das aprendizagens essenciais, conforme descrito no próprio documento desenvolvido ao longo de 04 anos, proporcionando a unificação dos currículos, e não a sua fragmentação.

O documento busca atender as necessidades da Educação Básica, portanto, encontra-se dividido em capítulos que abrangem as competências gerais da mesma, com a contribuição de que Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e o Ensino Médio venha alcançar as habilidades e competências, esperadas pela BNCC (COELHO, SOARES e ROEHRS, 2019).

As metodologias ativas e a transformação digital vieram para ficar mediante ao uso das ferramentas multimodais, possibilitando avanços, mas, ao mesmo tempo, trouxeram exigências

de mudanças, exigindo do ser humano se adaptar aos novos desafios em diversos setores da sociedade, inclusive, no setor educacional.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) apresentam, também, impactos importantes na Inclusão Digital, na busca da correção das desigualdades, mediante a possibilidade de acesso no âmbito escolar, como afirma Alonso (2008):

Para que ocorra a inserção efetiva das tecnologias na inclusão escolar é fundamental que o professor aprimore seus conhecimentos em tecnologias educacionais e usá-la de forma eficaz como ferramenta pedagógica é essencial que a “inclusão digital” inicie pelo professor (ALONSO, 2008, p. 2).

Seguindo essa premissa, todos precisam estar imersos no mundo tecnológico, buscando novas ferramentas que facilitem as aprendizagens, tanto os professores quanto os alunos. O Ensino Híbrido também se tornou uma proposta de suma importância nesse momento de pandemia do coronavírus (COVID-19). Nota-se que o Ensino Híbrido já está sendo considerado como uma proposta para o processo de ensino e aprendizagem no século XXI, unindo as melhores práticas das modalidades presencial e Educação a Distância (EaD), de acordo com os pilares estruturantes do ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

Deste modo, o Ensino Híbrido contempla as aprendizagens dos alunos nos mais diferentes espaços sociais, dentro e fora da sala de aula convencional, por causa do isolamento social, seguindo as orientações e os protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com os PCN's:

A expressão Ensino Híbrido está enraizada em uma ideia de educação híbrida, em que não existe uma forma única de aprender e na qual a aprendizagem é um processo contínuo, que ocorre de diferentes formas, em diferentes espaços. Nessas considerações, diversos órgãos como os PCNs (BRASIL, 2001).

O Ensino Híbrido tem sido primordial durante o momento pandêmico, visto como uma medida emergencial e educativa, integrando alunos e professores aos novos métodos tecnológicos, como um canal facilitador do ensino-aprendizagem.

Mediante o presente estudo, é notório que o principal legado que a pandemia do COVID-19 deixará para o setor educacional é a estrutura no formato Híbrido, a qual emerge com ela uma nova geração de aprendizes, que buscam inovar e flexibilizar as aprendizagens nesse cenário pandêmico, que está afetando o mundo e mudando seus comportamentos.

Etimologicamente, híbrido significa mesclado. A educação sempre foi misturada, híbrida, combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias e públicos. Desta forma, o

Ensino Híbrido pressupõe a combinação entre estudos no espaço físico das unidades de ensino e fora dele, uma junção dos modelos presencial e a distância, utilizando da ferramenta fundamental e indispensável as mídias virtuais. O Ensino Híbrido é definido por Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015), como:

(...) um programa de educação formal no qual um aluno aprende por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, o lugar, o modo e/ou o ritmo do estudo, e por meio do ensino presencial, na escola (...) esse método misto pressupõe incorporar parte da flexibilidade e da possibilidade de comunicação através de dispositivos tecnológicos com acesso a internet, para viabilizar o processo de aprendizagem que ocorre independente do encontro presencial no espaço físico (BACICH, TANZI NETO e TREVISANI, 2015, p. 52).

Desse modo, é primordial observar a importância do Ensino Híbrido e a necessidade das adaptações, visto como novas formas de aprendizagem, que buscam proporcionar uma maior facilidade ao aluno, de forma que adquira conhecimento por meio do ensino presencial e do ensino *on-line*.

O desafio colocado no Ensino Médio no Brasil para os professores, consiste, portanto, em enfrentar novas formas de ensinar que possibilitem e provoquem um modo diferente de aprender, cujos resultados sejam relevantes e significativos, tanto para os alunos quanto para os docentes.

Acredita-se que, no espaço da sala de aula, o professor reflete sobre o que sabe, expressa o que sente e se posiciona quanto à sua concepção de sociedade, de homem, de educação, de aluno e de docência. Nesse processo, também, produz saberes acerca de sua trajetória de ensinar e das condições sociais concretas que condicionam suas próprias experiências (ZANCHET *et al.*, 2007).

Durante o Ensino Médio, no contexto da Educação Básica, o aluno deve estar imerso de maneira interdisciplinar nos seus estudos, uma vez que é a etapa final da Educação Básica, direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, o Ensino Médio tem-se mostrado crucial para a permanência das aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras. Como bem identificam e explicitam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2011 (DCNEM/2011).

Com a perspectiva brasileira de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar, pois a maioria pertence às camadas populares brasileiras.

Em busca de um foco na demanda dos novos tempos, há uma necessidade de se aderir a novos métodos de aprender e ensinar no século XXI, de se fazer o uso de diferentes recursos tecnológicos para o alcance de aprendizagens em outros espaços não escolares.

A educação, na sociedade tecnológica da informação, tem vivenciado momentos expansivos, devido à evolução das novas tecnologias e dos métodos pedagógicos utilizados pelas escolas, com o uso de atividades de forma virtual, na intencionalidade de buscar resultados positivos durante a pandemia e depois dela.

O aluno, nessa etapa, precisa pensar no seu futuro profissional e potencializar as suas competências, para que seja um cidadão inserido no mundo tecnológico. Assim, este precisa ser autônomo e protagonista de novos saberes, convocando a curiosidade e o gosto pela pesquisa científica e tecnológica, em prol da sua formação superior e da ampliação de suas competências.

O Planejamento no Ensino Médio utilizando competências e habilidades sinaliza uma necessidade de se repensar as práticas pedagógicas para os novos tempos, a educação mudou, o mundo mudou e não se pode ensinar como nos tempos passados:

A prática pedagógica inovadora constitui-se em uma experiência pessoal que adquire um significado particular para o docente e permite estabelecer relações significativas entre os saberes culturais e experienciais de seus alunos e os conhecimentos científicos. Entende que a prática pedagógica inovadora se constitui em uma experiência pessoal que adquire um significado particular para o docente e permite estabelecer relações significativas entre os saberes culturais e experienciais de seus alunos e os conhecimentos científicos (ZANCHET *et al.*, 2007, p. 5).

Pensando no Novo Ensino Médio os professores contribuirão para a construção do projeto de vida dos alunos, ou seja, o aluno terá tempo para refletir sobre as suas próprias possibilidades e realizar outras escolhas, com mais responsabilidade e coerência. Além disso, terá o apoio para escolha dos seus caminhos e para o pensar no futuro pessoal e profissional (BRASIL, 2019).

Em consonância com essas novas abordagens de ensino, de aprendizagens e de organização curricular, foi apresentada uma nova perspectiva para a avaliação que passaria a ser definida por conceitos – no lugar de nota – e, ainda, registrada por área curricular, e não mais por disciplina. O aluno passaria a ser avaliado não em termos quantitativos, mas considerando-se sua evolução, em termo de consolidação dos conhecimentos procedimentais, atitudinais e conceituais. O conceito final seria estabelecido por um conjunto de professores avaliadores das diferentes disciplinas que compõe cada área curricular (WOLLMANN; ZANBON, 2017).

O currículo, a avaliação e os itinerários formativos de acordo com a LDBEN e a BNCC são de suma importância em relação a proposta da Educação Básica de qualidade, que vai refletir na formação do aluno nesta etapa da Educação Básica para formar cidadãos autônomos e protagonistas de suas aprendizagens.

Nesse sentido, o currículo do novo Ensino Médio é composto por dois blocos articulados e indissociáveis, que são Formação Geral Básica (parte comum) e os Itinerários Formativos (parte diversificada). A formação geral básica, com duração máxima de 1.800 horas, é comum para todos os estudantes e é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL, 2021).

Já os Itinerários Formativos, com duração mínima de 1.200 horas, são um conjunto de unidades curriculares que são ofertadas pelas instituições de ensino que possibilitam ao estudante escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar seus conhecimentos em uma das Áreas do Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias. (BRASIL, 2019).

O Novo Ensino Médio amplia a carga horária mínima de 2.400 para 3.000 horas. Isso significa mais tempo de ensino para professores e estudantes. Além disso, o governo vem investindo recursos para a ampliação das matrículas em tempo integral (BRASIL, 2021).

Sendo assim, as competências e as habilidades dos professores e alunos precisam de investimento em cursos de capacitação e imersão nas novas tecnologias, pois há uma demanda dos usos de múltiplas ferramentas para poder ampliar o acesso ao ensino/aprendizagem de maneira mais rápida e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de tecnologias educacionais se relaciona com o nível de qualidade de ensino que o docente pretende proporcionar aos seus discentes. No Ensino Médio os professores devem oferecer aos seus alunos o acesso e a imersão às novas tecnologias, pensando também nos alunos com necessidades especiais, que durante a pandemia foram esquecidos ou ignorados, bem como os alunos carentes de equipamentos e redes de *Internet*. Elas devem oferecer aplicabilidades pedagógicas inovadoras que possam contribuir para resultados diferenciados na formação dos alunos.

O objetivo deste estudo foi alcançado, pois foi refletido sobre a importância da proposta do Novo Ensino Médio e das diferentes possibilidades de se pensar nos itinerários formativos, de acordo com a LDBEN e a BNCC, documentos de suma importância em relação a proposta

da Educação Básica; bem como, foram enumeradas as diferentes ferramentas educativas e apresentadas diversas teorias que versam sobre a mesma temática.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelos professores nos sistemas de ensino, despontam hoje a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a Educação Inclusiva assume um papel de destaque na sociedade contemporânea e no papel da escola na superação da lógica da exclusão não somente dos deficientes, mas dos alunos de baixa renda.

No cenário atual, na perspectiva da inclusão, o adolescente precisa estar imerso nas redes digitais, e necessita de meios de aproximação de si mesmo, para perceber os usos dos contextos tecnológicos e refletir como ele pode viver mais próximo da cultura em busca de novos saberes e novas competências.

Isto posto, as novas propostas do Ensino Médio propõem mudanças nos percursos formativos dos alunos, de acordo com os interesses e necessidades dos mesmos. Essa medida tem como objetivo principal desenvolver a capacidade dos estudantes para fazer escolhas conscientes, em busca de planejar o futuro. O novo Ensino Médio visa ao máximo motivar o estudante a desenvolver autonomia, autoconfiança, empatia e responsabilidade para atuar na profissão por ele escolhida. Contudo, apesar de propostas positivas, oferece muitos desafios, pois para além da formação técnica, é preciso mais, pensar no Ensino Superior e as condições estabelecidas e oportunizadas para o acesso à Educação de qualidade, esperada e de direito dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. **Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302008000300006&script=> Acesso em 21 ago. 2020.

BACICH, L.; MORAN, J. Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. In: **Revista Pátio**, nº 25, jun., 2015, p. 45-47. Disponível em: <http://www.grupoa.com.br/revistapatio/artigo/11551/aprender-e-ensinar-com-foco-na-educacao-hibrida.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL, Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. V.134, nº 248, p.27833-41, 23 dez. 1996. Seção 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL, Secretaria de Estado da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação**: introdução. 3ª ed. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio** de 2011 (DCNEM/2011). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192
Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL, **Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio** de 2021
<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/> Acesso em: 01 jul. 2021.

COELHO, C. P.; SOARES, R. G.; ROEHRS, R. Visões Sobre Inclusão Escolar No Contexto De Educação Especial: PCN.: **Revista Educação e Políticas em Debate**, [s.l.], 12 dez. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/50943>. Acesso em: 15 set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANCHET *et al.* Prática pedagógica no ensino médio: o processo de construção da inovação na palavra dos professores, *In: Educação Usinos* 121-130, mai. ago. 2007.
<file:///D:/Imagens/Pr%C3%A1tica%20Pedag%C3%B3gica%20no%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>
Acesso em: 01 jul. 2021

WOLLMANN, V. A.; ZANBON, L. B. Avaliação da aprendizagem no ensino médio: contribuições do Ensino Médio politécnico *In: Educere - Formação de professores*, 2017.
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24822_13957.pdf Acesso em: 14 jul. 2021.